

Informe seu Nome de Usuário, Email, CPF ou CNPJ abaixo e clique em OK.

Nome de Usuário, Email, CPF ou CNPJ OK

Tenho um cupom promocional (nao obrigatorio):

Teste anti-spam:

O resultado de 6 + 6 é

Li e concordo com os [termos de serviço](#).

CADASTRAR

Home | **Minhas Configurações** | Contato | Suporte | Assinar | Olá, Marcos Alexandre Gallaro! | Sair

Pesquisar nas áreas Fiscal, Jurídica e Comércio Exterior:

Legislação | Federal | Portaria

Busca FiscoLex Busca Google

Gerar PDF / Imprimir Diminuir Fonte Aumentar Fonte

LEX - Legislação Federal/Marginália, ano 1998, página 3117, JUL Volume: Jul Tomo: V

Exibir Notas do Texto

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA Nº 93, DE 7 DE JULHO DE 1998

DOU de 08/07/1998 (nº 128, Seção 1, pág. 74)

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso de suas atribuições previstas no art. 24 do Decreto nº 78, de 5 de abril de 1991 e no art. 83, inciso XIV, do Regimento Interno aprovado pela Portaria GM/Minter nº 445, de 16 de agosto de 1989, e tendo em vista o art. 225, § 1º, VII, da Constituição Federal; o disposto na Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, Lei nº 7.173, de 14 de dezembro de 1983, Lei nº 9.111, de 10 de outubro de 1995, Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; Decreto nº 24.548, de 3 de julho de 1934 que aprovou o Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal; Portaria Ministerial do Ministério da Agricultura e do Abastecimento - MAA nº 49, de 11 de março de 1987; Portaria Ministerial nº 106, de 14 de novembro de 1991 e Portaria nº 74, de 7 de março de 1994; Decreto nº 76.623, de 17 de novembro de 1975 que promulgou a Convenção Internacional sobre Comércio das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - Cites; Decreto Legislativo nº 2, de 3 de fevereiro de 1994; Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama nº 237, de 19 de dezembro de 1997; Portaria Normativa nº 113, de 25 de setembro de 1997; Portaria Normativa nº 131, de 3 de novembro de 1997 e em face ao contido no Processo nº 02001.002408/96-93, resolve:

Art. 1º - A importação e a exportação de espécimes vivos, produtos e subprodutos da fauna silvestre brasileira e da fauna silvestre exótica, serão normalizadas por esta Portaria.

Parágrafo único - Excetua-se para efeito desta Portaria, os peixes e os invertebrados aquáticos não listados nos Apêndices da Cites e os animais considerados domésticos para efeito de operacionalização do Ibama, conforme Anexo 1 da presente Portaria.

Art. 2º - Para efeito desta Portaria, considera-se:

I - Fauna Silvestre Brasileira: são todos aqueles animais pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do Território Brasileiro ou águas jurisdicionais brasileiras;

II - Fauna Silvestre Exótica: são todos aqueles animais pertencentes às espécies ou subespécies cuja distribuição geográfica não inclui o Território Brasileiro e as espécies ou subespécies introduzidas pelo homem, inclusive domésticas em estado asselvajado ou algado. Também são consideradas exóticas as espécies ou subespécies que tenham sido introduzidas fora das fronteiras brasileiras e suas águas jurisdicionais e que tenham entrado em Território Brasileiro;

III - Fauna Doméstica: todos aqueles animais que através de processos tradicionais e sistematizados de manejo e/ou melhoramento zootécnico tornaram-se domésticas, apresentando características biológicas e comportamentais em estreita dependência do homem, podendo apresentar fenótipo variável, diferente da espécie silvestre que os originou.

Art. 3º - A importação e a exportação poderá ser realizada somente por pessoa jurídica de direito público ou privado e registrada junto ao Ibama.

Parágrafo único - Em caso excepcional, poderá ser autorizada a importação e a exportação por pessoa física, mediante parecer favorável.

Art. 4º - A importação de animais vivos está sujeita também à autorização do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, que se manifestará quanto às questões zoossanitárias.

Art. 5º - A importação e a exportação de agentes de controle biológico dependerá do cumprimento da Portaria Normativa Ibama nº 131, de 3 de novembro de 1997 e legislação complementar.

Art. 6º - A importação de animais vivos silvestres da fauna exótica por grupo familiar de pessoas físicas, com finalidade de servirem como animais de estimação, somente será autorizada em número não superior a 2 (dois) indivíduos reproduzidos em cativeiro e devidamente marcados na origem, em consonância com os artigos 3º, 4º e 31 desta Portaria.

Parágrafo único - Será autorizada a importação de animais da fauna silvestre brasileira, sem limitação de quantidade, quando comprovadamente reproduzidos em cativeiro e devidamente marcados na origem.

Art. 7º - O Ibama se resguardará do direito de consultar especialistas para obtenção de subsídios para autorizar ou não a importação de espécimes vivos da fauna silvestre exótica, bem como consultar o Órgão Ambiental competente do Estado ou Município que receberá os animais importados.

Art. 8º - O acondicionamento e o transporte nacional e internacional de espécimes vivos da fauna silvestre brasileira e exótica, deverá obedecer às diretrizes para transporte de animais vivos da Cites e as normas da Associação Internacional de Transporte Aéreo - Iata, quando transportados por aeronaves.

DO REGISTRO

Art. 9º - Revogado;

Nota Remissiva - FiscoLex

Art. 9º revogado pelo **art. 8º da Instrução Normativa IBAMA nº 140 - DOU 19/12/2006.**
(vigência)

Redação Original
Art. 9º - A pessoa jurídica que importar ou exportar espécimes vivos, produtos ou subprodutos da fauna silvestre brasileira e exótica, deverá obrigatoriamente registrar-se no IBAMA nas categorias de Importador ou Exportador de Animais Vivos, Abatidos, Partes, Produtos e Subprodutos da Fauna Silvestre, protocolando requerimento na Superintendência do IBAMA onde possui sede e foro, conforme modelo constante no Anexo 2 da presente Portaria, com a apresentação da seguinte documentação/informações:

a) revogada;

Nota Remissiva - FiscoLex

Alínea "a" do art. 9º revogada pelo **art. 8º da Instrução Normativa IBAMA nº 140 - DOU 19/12/2006.** (vigência)

- HOME
- NOTÍCIAS
- AGENDA FISCAL
- LEGISLAÇÃO
- JURISPRUDÊNCIA
- DOCTRINAS
- ARTIGOS
- DIÁRIOS OFICIAIS
- TRABALHO E PREVIDÊNCIA
- COMÉRCIO EXTERIOR
- SUPORTE
- OUTROS
- EXPEDIENTE
- NOSSOS PREÇOS

Informação de acordo com a sua necessidade.



CONHEÇA Nossos PACOTES. ASSINE.

Recomende o FiscoLex ao Google

Recomende o FiscoLex em seu Facebook

Recomendar 645

Siga o FiscoLex no Facebook

FiscoLex no Facebook

Curtir

Anúncios Google

Pasta Personalizadas
Pasta Ficheiro Personalizada ou para auto personalização.
www.ramark.com.br

TRIX Tecno. 11 3365-2000
Controle de Ponto, Portaria 1510, Acesso, Segurança, Coleta de Dados
www.trixtec.com.br

Arbitragem - Mediação
Solução de Conflitos de forma Rápida, Amigável e Informal
www.laudum.com.br

Alliance - IN 86 e MANAD
Solução Inteligente e Completa no Atendimento da IN 86 e do MANAD
www.allianceconsultori...

Redação Original

a) preenchimento e assinatura do formulário-padrão do IBAMA de Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais;

b) revogada;

Nota Remissiva - FiscoLex

Alínea "b" do art. 9º revogada pelo [art. 8º da Instrução Normativa IBAMA nº 140 - DOU 19/12/2006](#). (vigência)

Redação Original

b) documentação da empresa (cópia atualizada do Contrato Social, Cadastro Geral do Contribuinte do Ministério da Fazenda - CGC-MF, Cadastro da Pessoa Física - CPF e Identidade do(s) dirigente(s));

c) revogada;

Nota Remissiva - FiscoLex

Alínea "c" do art. 9º revogada pelo [art. 8º da Instrução Normativa IBAMA nº 140 - DOU 19/12/2006](#). (vigência)

Redação Original

c) declaração especificando os animais vivos, produtos e subprodutos com as respectivas cotas a serem importadas/exportadas;

d) revogada;

Nota Remissiva - FiscoLex

Alínea "d" do art. 9º revogada pelo [art. 8º da Instrução Normativa IBAMA nº 140 - DOU 19/12/2006](#). (vigência)

Redação Original

d) o importador/exportador de espécimes vivos da fauna silvestre exótica, deverá apresentar o croqui detalhado das instalações onde os animais serão mantidos até sua comercialização, dados sobre alimentação, fornecimento de água, questões de higiene, segurança, e sanidade dos animais e dos recintos, bem como a sua localização para procedimentos de vistoria;

e) revogada;

Nota Remissiva - FiscoLex

Alínea "e" do art. 9º revogada pelo [art. 8º da Instrução Normativa IBAMA nº 140 - DOU 19/12/2006](#). (vigência)

Redação Original

e) o importador/exportador deverá justificar o motivo da importação/exportação, questões de manejo e segurança das instalações, a fim de que possa ser assegurada a impossibilidade de ocorrência de quaisquer ameaças à integridade dos ecossistemas do país, ao patrimônio público e privado, bem como a segurança pública, caso venha a ocorrer a fuga dos animais;

f) revogada;

Nota Remissiva - FiscoLex

Alínea "f" do art. 9º revogada pelo [art. 8º da Instrução Normativa IBAMA nº 140 - DOU 19/12/2006](#). (vigência)

Redação Original

f) Licenciamento Ambiental emitido pelo órgão ambiental competente;

g) revogada.

Nota Remissiva - FiscoLex

Alínea "g" do art. 9º revogada pelo [art. 8º da Instrução Normativa IBAMA nº 140 - DOU 19/12/2006](#). (vigência)

Redação Original

g) recolhimento do Documento de Arrecadação de Receitas - DR do IBAMA, correspondente ao registro inicial na categoria pretendida.

DAS OBRIGAÇÕES

Art. 10 - A pessoa jurídica registrada no Ibama como exportador é obrigado a:

- fornecer ao comprador Nota Fiscal onde deverá constar o número de registro no Ibama;
- fazer constar na Nota Fiscal a quantidade, identificação da espécie (nome científico e vulgar), especificação do produto, marcas e identificações (anilhas, selos, lacres, tatuagens, identificação eletrônica (tipo e marca) etc.);
- manter arquivo com as licenças obtidas, bem como as Notas Fiscais dos fornecedores para efeito de vistoria e fiscalização; e
- apresentar relatório anual até fevereiro de cada exercício das exportações realizadas, conforme Modelo constante no Anexo 4.

Art. 11 - A pessoa jurídica registrada no Ibama como importador é obrigado a:

- possuir quarentenário aprovado pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento;
- os animais vivos importados somente poderão ingressar no país se marcados na origem utilizando sistema de marcação próprio, reconhecido pelo Ibama (anilhas, tatuagens, identificação eletrônica (tipo e marca));

Consultar Dicionário:

Tipo de
Consulta



c) fazer constar nas caixas de transporte a quantidade de animais por espécie que estão sendo transportados, para facilitar a identificação pelos agentes aeroportuários;

d) fornecer ao comprador Nota Fiscal;

e) informar ao Ibama, o aeroporto/porto, empresa de transporte, Conhecimentos Aéreos e data e hora prevista de chegada dos animais;

f) manter arquivo das Licenças obtidas, Notas Fiscais e Conhecimentos Aéreos referentes ao transporte, disponibilizando-os quando solicitado pelo Ibama;

g) apresentar relatório anual até fevereiro de cada exercício das importações realizadas, conforme Modelo constante do Anexo 4, com cópia das licenças obtidas;

h) fornecer aos compradores de animais de estimação um texto com orientações básicas sobre a biologia da espécie (alimentação, fornecimento de água, abrigo, exercício, repouso, possíveis doenças, aspectos sanitários das instalações, cuidados de trato e manejo) e se é potencialmente prejudicial ao homem e sobretudo, a proibição de soltura ou introdução dos animais na natureza.

Parágrafo único - Nas transações envolvendo espécimes, produtos e subprodutos de espécies constantes nos Anexos I e II da Cites, obrigar-se-á o fornecimento ao comprador, de cópia autenticada das licenças que autorizaram todo a procedimento.

DAS LICENÇAS

Art. 12 - Revogado.

Nota Remissiva - FiscoLex

Art. 12 revogado pelo [art. 8º da Instrução Normativa IBAMA nº 140 - DOU 19/12/2006](#). (vigência)

Redação Original

Art. 12 - Para a importação e exportação de espécimes vivos, produtos e subprodutos da fauna silvestre brasileira e exótica é necessário apresentar requerimento e formulário preenchido conforme modelo no Anexo 3 da presente Portaria e declaração pro forma do fornecedor com o(s) respectivo(s) nome(s) científico(s) da(s) espécie(s) alvo.

§ 1º - Revogado.

Nota Remissiva - FiscoLex

§ 1º do art. 12 revogado pelo [art. 8º da Instrução Normativa IBAMA nº 140 - DOU 19/12/2006](#). (vigência)

Redação Original

§ 1º - A documentação deverá ser protocolada na Unidade do IBAMA com 30 (trinta) dias de antecedência da data do embarque, que analisará o pedido e o enviará acompanhado de parecer técnico ao Departamento de Vida Silvestre - DEVIS da Diretoria de Ecossistemas - DIREC.

§ 2º - Revogado.

Nota Remissiva - FiscoLex

§ 2º do art. 12 revogado pelo [art. 8º da Instrução Normativa IBAMA nº 140 - DOU 19/12/2006](#). (vigência)

Redação Original

§ 2º - Para a efetivação das operações citadas no caput deste artigo, serão expedidas licenças de importação, exportação e reexportação conforme modelos contidos nos Anexos 5 e 6.

§ 3º - Revogado.

Nota Remissiva - FiscoLex

§ 3º do art. 12 revogado pelo [art. 8º da Instrução Normativa IBAMA nº 140 - DOU 19/12/2006](#). (vigência)

Redação Original

§ 3º - A apresentação do formulário - Anexo 3 - não garante a expedição da licença.

Art. 13 - São isentos de quaisquer tramitações junto ao Ibama, os espécimes da fauna doméstica de conformidade com a lista objeto do Anexo 1 da presente Portaria e os produtos e subprodutos da fauna silvestre brasileira e exótica considerados artigos de uso pessoal.

Parágrafo único - Consideram-se artigos de uso pessoal, os espécimes mortos, as partes, produtos ou subprodutos de flora e fauna silvestres que sejam propriedades de um particular e que constituam ou se destinem a constituir parte de seus bens ou objetos pessoais.

DAS DEMAIS EXIGÊNCIAS

Art. 14 - A importação de animais para formação de plantel em criadouros comerciais será condicionada à apresentação de projeto de criação, conforme norma específica.

Art. 15 - O comerciante de animais vivos da fauna silvestre exótica, que desejar importar para comércio próprio, deverá estar em situação regular junto ao Ibama e observar o disposto nesta Portaria.

Art. 16 - A importação de animais vivos de espécies listadas no Anexo I da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - Cites, somente será permitida para espécimes reproduzidos em cativeiro, devidamente marcados na origem e mediante a apresentação de certificado que comprove a origem legal dos animais e outras normas complementares da Convenção.

Art. 17 - A importação de animais vivos de espécies listadas no Anexo II da Cites reproduzidas em cativeiro, somente será efetivada mediante comprovação da marcação individual dos exemplares e apresentação da licença de exportação do país de origem.

Art. 18 - Não será autorizada a importação de animais da fauna silvestre exótica provenientes de captura na natureza e destinados ao comércio.

Art. 19 - A importação de espécimes vivos de espécies da fauna silvestre brasileira, somente será permitida se forem provenientes de reprodução em cativeiro, estiverem devidamente marcados na origem e mediante a apresentação de certificado que comprove a sua origem legal e outras normas complementares.

Art. 20 - A importação de produtos e subprodutos da fauna silvestre brasileira, manufaturados ou conservados, somente será possível quando oriundos de animais reproduzidos em cativeiro.

Parágrafo único - Em se tratando de espécies listadas no Anexo I da Cites, é obrigatório a apresentação das licenças expedidas pelo país exportador.

Art. 21 - A importação de animais vivos poderá ser autorizada para:

I - Animais da fauna silvestre brasileira e da fauna silvestre exótica para jardins zoológicos, criadouros científicos e criadouros conservacionistas, clubes e sociedades ornitológicas, devidamente registrados junto ao Ibama mediante demonstração da necessidade de formação ou renovação de plantel;

II - Animais da fauna silvestre exótica com origem em circos e destinados a circos devidamente registrados no Ibama.

Parágrafo único - Para o item II não será autorizada a importação de animais mutilados. Entenda-se como animais mutilados aqueles que sofreram a extração deliberada de presas e garras. Constatada a mutilação, os animais deverão retornar ao país exportador e o custeio das operações de exportação ficará a cargo do importador.

Art. 22 - A importação de animais vivos por instituições de pesquisa serão autorizadas com base no envio do projeto de pesquisa que a justifique, observando o disposto no art. 4º desta Portaria, obrigando a informar o destino final dos exemplares após o término da pesquisa.

Art. 23 - A importação de animais vivos listados nos Anexos I e II da Cites para fins científicos, pedagógicos ou de capacitação, indústria biomédica e programas de criação em cativeiro, seguirão as normas estabelecidas pela Convenção.

Art. 24 - A importação temporária de animais vivos da fauna silvestre exótica para exposições e eventos de cunho científico, educativo ou promocional, seguirá os trâmites normais de importação.

Parágrafo único - O importador quando solicitar a Licença de Importação Temporária deverá informar o período de permanência dos animais no País, bem como a programação de eventos e localização, área de repouso dos animais quando for o caso, nas turnês pelo país. Se a devolução não ocorrer dentro do prazo estabelecido, o importador estará sujeito às penalidades administrativas, inclusive impossibilitado de efetuar novas importações.

Art. 25 - Fica isenta da licença de importação, os troféus de caça de espécies não listadas nos Anexos da Cites.

Art. 26 - A exportação de espécimes vivos da fauna silvestre exótica listados no Anexo I da Cites, e da fauna silvestre brasileira somente será permitida para espécimes comprovadamente reproduzidos em cativeiro em criadouros comerciais e jardins zoológicos registrados junto ao Ibama e quando marcados na origem.

Art. 27 - A exportação de espécimes vivos, produtos e subprodutos da fauna silvestre brasileira provenientes de instituições devidamente registradas ou oficialmente reconhecidas pelo Ibama, só será autorizada quando for objeto de intercâmbio técnico-científico com instituições afins do exterior, de conformidade com a legislação específica.

§ 1º - Todos os espécimes vivos da fauna silvestre brasileira não reproduzidos em cativeiro, quando exportados, continuarão a critério do Ibama, a pertencer ao governo brasileiro, assim como seus descendentes.

§ 2º - Os espécimes a serem exportados deverão ser necessariamente marcados na origem.

Art. 28 - Poderá ser autorizada a exportação de espécimes vivos, produtos e subprodutos da fauna silvestre brasileira coletados por pesquisadores brasileiros e estrangeiros, desde que provenientes de expedição científica autorizada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT e amparadas por licença de coleta/captura expedida pelo Ibama.

Art. 29 - Será permitida a exportação de artesanato indígena ou similar confeccionado com partes de animais da fauna silvestre brasileira somente para intercâmbio científico e cultural, entre instituições oficiais ou oficializadas, ouvida a Fundação Nacional do Índio - Funai.

Art. 30 - As reexportações serão autorizadas desde que tenham sido cumpridas as exigências para a importação contidas nesta Portaria.

DAS RESTRIÇÕES

Art. 31 - Fica proibida a importação de espécimes vivos para fins de criação com fins comerciais, manutenção em cativeiro como animal de estimação ou ornamentação e para a exibição em espetáculos itinerantes e fixos, salvo em jardins zoológicos, os seguintes taxa:

I - invertebrados;

II - anfíbios (exceto *Rana catesbiana* - rã-touro);

III - répteis;

IV - ave da espécie *Sicalis flaveola* e suas subespécies;

V - mamíferos das Ordens: *Artiodactyla* (exceto os considerados domésticos para fins de operacionalização do Ibama), *Carnívora*, *Cetacea*, *Insectívora*, *Lagomorpha*, *Marsupialia*, *Pennipedia*, *Perissodactyla*, *Proboscidea*, *Rodentia* e *Sirênia*.

Art. 32 - O Ibama, de acordo com as competências emanadas da Resolução Conama nº 237/97, publicará no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União os requisitos mínimos para o Licenciamento Ambiental, de que trata a letra "F" do art. 9º da presente Portaria.

Art. 33 - As pessoas físicas registradas no Ibama como "Exportador de Animais Vivos/Abatidos/Partes/Produtos e Subprodutos da Fauna Silvestre Brasileira e Exótica" e "Importador de Animais Vivos/Abatidos/Partes/Produtos e Subprodutos da Fauna Silvestre Brasileira e Exótica" deverão num prazo não superior a 60 (sessenta) dias a contar de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, se adequarem às normas da presente Portaria.

Art. 34 - A Administração Central do Ibama e Superintendências com delegação de competência poderão baixar normas complementares visando a aplicação e a operacionalização da presente Portaria.

DAS PENALIDADES

Art. 35 - O descumprimento das normas desta Portaria implicará em penalidades administrativas, bem como o cancelamento do registro, retenção da licença e apreensão do produto objeto da transação, além das penalidades previstas nas Leis 5.197/67, 6.938/91 e 9.605/98, sem prejuízo das demais sanções civis e penais.

Art. 36 - Os casos omissos referentes a espécies relacionadas nos Anexos Cites serão resolvidos pelas Autoridades Administrativas Cites.

Art. 37 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 38 - Revoga-se a Portaria nº 29, de 24 de março de 1994.

EDUARDO DE SOUZA MARTINS

ANEXO 1

LISTAGEM DE FAUNA CONSIDERADA DOMÉSTICA PARA FINS DE OPERACIONALIZAÇÃO DO IBAMA

Nome comum	Nome científico	Observação
Abelhas	<i>Apis mellifera</i>	todas as raças/variedades, objeto da apicultura

Consultar Dicionário:

Tipo de Consulta



Alpaca	<i>Lama pacos</i>	
Bicho-da-seda	<i>Bombyx sp</i>	todas as raças/variedades objeto da sericicultura
Búfalo	<i>Bubalus bubalis</i>	
Cabra	<i>Capra hircus</i>	
Cachorro	<i>Canis familiaris</i>	e suas diferentes raças selecionadas
Calopsita	<i>Nymphicus hollandicus</i>	e suas mutações
Camelo	<i>Camelus bactrianus</i>	
Camundongo	<i>Mus musculus</i>	
Canário-do-reino ou canário-belga	<i>Serinus canarius</i>	e suas mutações
Cavalo	<i>Equus caballus</i>	e suas diferentes raças selecionadas
Chinchila	<i>Chinchilla lanigera</i>	somente se reproduzidas em cativeiro
Cisne-negro	<i>Cygnus atratus</i>	
Cobaia ou porquinho-da-Índia	<i>Cavia porcellus</i>	
Codorna-chinesa	<i>Coturnix coturnix</i>	
Coelho	<i>Oryctolagus cuniculus</i>	e suas diferentes raças selecionadas
Diamante-de-gould	<i>Chloebia gouldiae</i>	e suas mutações
Diamante-mandarim	<i>Taeniopygia guttata</i>	e suas mutações
Dromedário	<i>Camelus dromedarius</i>	
Escargot	<i>Helix sp</i>	
Faisão-de-coleira	<i>Phasianus colchicus</i>	
Gado bovino	<i>Bos taurus</i>	e suas diferentes raças selecionadas
Gado zebuino	<i>Bos indicus</i>	e suas diferentes raças selecionadas
Galinha	<i>Galus domesticus</i>	e suas mutações
Galinha-d'angola	<i>Numida meleagris</i>	reproduzidas em cativeiro
Ganso	<i>Anser sp</i>	exceto os do Anexo II Cites
Ganso-canadense	<i>Branta canadensis</i>	exceto <i>B. canadensis leucopareira</i> Anexo I Cites
Ganso-do-nilo	<i>Alopochen aegypticus</i>	
Gato	<i>Felis catus</i>	e suas diferentes raças selecionadas
Hamster	<i>Cricetus cricetus</i>	proibida a <u>importação</u> a partir da data da publicação desta Portaria

Consultar Dicionário:

Tipo de
Consulta

Jumento	<i>Equus asinus</i>	
Lhama	<i>Lama glama</i>	
Manon	<i>Lonchura striata</i>	e suas mutações
Marreco	<i>Anas sp</i>	exceto os do Anexo II Cites
Minhoca		todas as espécies/raças e variedades exóticas objeto da minhocultura
Ovelha	<i>Ovis aries</i>	e suas diferentes raças selecionadas
Pato-carolina	<i>Aix sponsa</i>	
Pato-mandarim	<i>Aix galericulata</i>	
Pavão	<i>Pavo cristatus</i>	e suas diferentes raças selecionadas
Perdiz-chucar	<i>Alectoris chukar</i>	
Periquito-australiano	<i>Melopsittacus undulatus</i>	e suas diferentes raças selecionadas
Peru	<i>Meleagris gallopavo</i>	e suas diferentes raças selecionadas
Phaeton	<i>Neochmia phaeton</i>	
Pomba-diamante	<i>Geopelia cuneta</i>	
Pombo-doméstico	<i>Columba livia</i>	e suas diferentes raças selecionadas
Porco	<i>Sus scrofa</i>	e suas diferentes raças - exceto o javali-europeu, <i>Sus scrofa scrofa</i> . Isento de licença do Ibama para comercialização de produtos e subprodutos no mercado interno
Ratazana	<i>Rattus norvegicus</i>	
Rato	<i>Rattus rattus</i>	
Tadorna	<i>Tadorna sp</i>	

REPORTAR ERROS

Compartilhe o FiscoLex

0 [Recomendar](#) 645 [compartilhar](#) 0

Pasta Personalizadas

Pasta Fichario Personalizada ou para auto personalização.

www.ramark.com.br

TRIX Technol. 11 3365-2000

Controle de Ponto, Portaria 1510, Acesso, NOTÍCIAS

Segurança, Cota de Dados, FISCAL/Contábil

Arbitragem - Mediação, Jurídica

Solução de Conflitos de forma Rápida, Amigável e Informal, Comércio Exterior

AGENDA FISCAL

LEGISLAÇÃO

Atendimento

Lei complementar

Medida Provisória

Decreto Lei

Resolução

Portaria

LinkedIn

Blog

Sistemas para Comércio

NF Paulista, NF Eletronica, Estoque Vendas e Financeiro (11) 3624-5939

www.luckinfo.com.br

Vitage Mão de obra

portaria, limpeza, vigilância, vigias

receptivo, limpeza, vigilância, vigias

Divórcio - Separação Pensão

Prof. Dr. Roberto Brito de Lima Saiba seus

Direitos (11) 28 22 0751

www.robertobrito.de.lima.ady.br

Consórcio Casa Própria

Opção econômica e inteligente para conquistar

a casa própria. Acesso

Res. da Casa Própria

NESH

Roteiros ComEx

DIÁRIOS OFICIAIS

TRABALHO E PREVIDÊNCIA
Legislação
Procedimentos
Perguntas e Respostas

ARTIGOS
Fiscal/Contábil
Legislação
Previdenciário
Comércio Exterior
Publicações
CURSOS

DOCTRINAS
Fiscal/Contábil
Jurídico
Trabalhista
Publicar suas Doutrinas

OUTROS
Agenda de Obrigações
Modelos
Soluções de Consultas
Mais Comentários
Lista de Cursos
EXPEDIENTE



Consultar Dicionário:

Tipo de Consulta



2011 © Copyright FiscoLex - Todos os direitos reservados
CCS SISTEMAS | CNPJ: 11.327.295/0001-21
Resolução mínima recomendada: 1024 x 768.